

# **A economia solidária como mediação das relações sociais entre sujeitos: trabalhadores autogestionários, sindicalismo e poder público em Matias Barbosa e Juiz de Fora /MG.**

Ana Livia de Souza Coimbra<sup>1</sup> e Andrea Elizabeth Abreu Machado<sup>2</sup>

GT 4: Economia solidária e Cooperativismo.

**RESUMO:** Este trabalho apresenta e analisa as relações sociais estabelecidas entre três sujeitos nos municípios mineiros de Juiz de Fora e Matias Barbosa, cuja mediação é realizada pela economia solidária. Nossa reflexão toma como referência os princípios e experiência de assessoria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intcoop/UFJF) e pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Procuramos identificar o perfil sócio-econômico de coletivos de artesanato que se organizam a partir dos princípios da economia solidária, destacando a organização e gestão do processo de trabalho e a participação em movimentos sociais. Identificamos e analisamos a relação do poder público executivo dos referidos municípios, buscando apreender sua relação com a economia solidária e a implementação de políticas públicas na área. Além disso, destacamos a relação do sindicalismo com a economia solidária, procurando o seu desvelamento, ao analisarmos os impasses e implicações para a ação sindical em contexto de crise de concepções sindicais classistas e emancipatórias.

## **APRESENTAÇÃO**

Neste texto pretendemos apresentar e discutir a economia solidária como uma mediação das relações sociais entre sujeitos. Para isso, tomamos como cenário Juiz de Fora e Matias Barbosa, municípios da Zona da Mata Mineira, onde coletivos autogestionários de artesanato, o poder público municipal e o sindicalismo estabelecem relações sociais que buscam fortalecer a geração de trabalho e renda. Os dados sobre os quais construímos nossas reflexões fazem parte do projeto de pesquisa “*Trabalho autogestionário e ação sindical: uma proposta de análise empírica e de assessoria a grupos populares nos municípios de Juiz de Fora e Matias Barbosa/MG*”, realizada entre 2008 e 2010, com financiamento da FAPEMIG. O estudo foi desenvolvido a partir de três eixos:

- 1) Análise do trabalho autogestionário dos coletivos de artesanato e sua relação com movimentos sociais;
- 2) Análise da política pública de geração de trabalho e renda;
- 3) Análise da ação sindical em sua relação com a economia solidária.

Apresentaremos, na sequência, parte dos dados coletados e os resultados encontrados, no intuito de contribuir com o debate sobre a economia solidária, suas perspectivas, limites, impasses e incongruências.

## **DESENVOLVIMENTO**

O primeiro sujeito que aqui analisaremos é formado por artesãos que se organizaram coletivamente para que, por meio da economia solidária, pudessem subsistir. Partindo de informações obtidas no trabalho de assessoria realizado pela Intcoop/UFJF nos municípios foco do projeto, foram levantados 6 coletivos.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Numa primeira etapa da investigação, cada participante dos 6 coletivos foi abordado individualmente, com o objetivo de coleta de informações sócio-econômicas que pudessem identificá-los, a fim de conformar um perfil grupal.

Os grupos são compostos, quase em sua totalidade, por mulheres, visto que em apenas 1 dos 5 grupos há 1 homem como membro. Por meio de autodeclaração, 58% dos entrevistados apresentaram-se como pretos ou pardos. Verificamos também que o predomínio da faixa etária compreendida por 50 a 54 anos (35%) e acima de 60 anos (21%). Ao agruparmos a estas faixas os entrevistados que possuem de 45 a 49 anos, verificamos que 64% dos entrevistados possuem mais de 45 anos. Apenas 14% dos entrevistados possuem idade entre 16 e 19 anos. Por tal quadro, podemos inferir que nos grupos entrevistados encontra-se, em maior frequência, o segmento de trabalhadores de faixa etária com maiores dificuldades para ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

Com relação à moradia, observamos que 71.5% possuem casa própria, 21.2% são cedidas e 7.3% alugadas., sendo que todas são abastecidas por água tratada, rede de esgoto e energia elétrica. O número de pessoas residentes é predominantemente baixo, visto que 78.6% residem com até 3 pessoas, seguidos por 14.3% que residem com mais 8 familiares e 7.1% com mais 4 familiares.

No que se refere à educação formal, constatamos que não há analfabetos dentre os entrevistados. Por outro lado um dado se destaca: os estudos incompletos até o quinto ano do ensino fundamental, que perfazem um total de quase 72%.

Questionamos os membros dos grupos sobre qual seria a sua profissão. Nosso objetivo foi o de identificar se a ocupação no coletivo seria a profissão de origem dos entrevistados ou se o artesanato constituía-se como uma alternativa circunstancial de acesso ao trabalho. Verificamos que 64.5% identificaram-se como artesãos. Os demais relataram atividades diferentes do artesanato (tais como: doméstica, aposentada, agente de saúde, metalúrgica, babá). Apenas 1 entrevistada não soube responder.

Outro dado a ser considerado refere-se ao rendimento médio dos membros dos coletivos, que é de R\$372,00. Tal renda não se colocava como a fonte principal de manutenção familiar sendo, portanto, complementar a outros rendimentos. A renda média resultante do trabalho no coletivo, embora inferior ao Salário Mínimo, é maior do que a renda mineira de mesma origem, conforme apontado por pesquisa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG), no período de junho a setembro de 2009. Esse estudo aponta que em 426 municípios de Minas Gerais<sup>3</sup> a remuneração dos trabalhadores é próxima dos R\$300,00.

O interesse dos entrevistados em ingressar em um trabalho com vínculo empregatício, abandonando o coletivo, é apresentado por 43% do total de entrevistados, o mesmo percentual verificado entre aqueles que não fariam tal opção. Dos entrevistados, 14% não souberam responder a tal questionamento.

Numa segunda etapa da pesquisa, utilizamos a técnica de grupo focal para abordar os entrevistados de forma coletiva. Propomos para cada grupo o debate de temas como: princípios e conceitos da economia solidária; estrutura organizacional e processo produtivo; relação dos grupos com assessorias e parcerias; inserção na sociedade civil organizada e relação com o poder público; dificuldades, desafios e perspectivas.

Foi observada a participação de todos os envolvidos, sem preponderância ou supremacia de um membro sobre o outro. As discussões ocorreram sem discordâncias e contradições entre as falas, o que nos levou a constatar uma apropriação coletiva das idéias e coesão entre os membros de cada grupo abordado.

Para os entrevistados, o trabalho autogestionário valoriza o ser humano, dando

---

<sup>3</sup> FONTE: [http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site\\_tpl\\_paginas\\_internas&id=5802](http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=5802), acesso em 30 de maio de 2010.

prioridade à liberdade, ao respeito, à solidariedade e ao prazer. Para um dos integrantes do grupo 5: *“É um movimento que resgata o trabalho em grupo, o companheirismo, fraternalismo. Tem a preocupação com a renda, os relacionamentos e as tradições”*

Para quatro dos cinco grupos, a inserção no trabalho autogestionário possibilita alterações nas relações interpessoais, sejam as que ocorrem dentro do próprio coletivo ou na família e na sociedade. Um integrante de um dos grupos ressaltou a importância da pluralidade, do respeito às diferenças, o que fortalece as relações: *“Trabalhar com diferenças faz a gente crescer. Apesar de termos o mesmo objetivo cada um de nós trabalha de uma forma. Então cada um é diferente do outro. Não adianta só o indivíduo crescer o grupo tem que crescer, é natural, entendeu? Mas aí vêm as necessidades pessoais, entendeu? Como você orquestrar as necessidades pessoais com a de um grupo? A gente pensa no nosso desenvolvimento enquanto membro de uma sociedade, membro de uma comunidade. (Integrante do grupo1)”*

Pelos dados coletados constata-se que toda a produção é realizada individualmente pelos artesãos em cada domicílio e somente no momento da venda dos produtos é que o trabalho coletivo se realiza. Verificamos que há uma apropriação coletiva acerca da diferença entre o trabalho autogestionário e o subordinado e também sobre os significados da economia solidária. Entretanto, no cotidiano do trabalho, na organização e gestão do processo produtivo, tais princípios não se realizam. Parece-nos que o fato dos membros se identificarem como sujeitos que constroem a economia solidária e a autogestão, levam-nos à afirmação de valores coletivos. Contudo, a produção coletiva, democrática e autogestionária de fato não se realiza nos grupos entrevistados.

A autonomia no trabalho para os artesãos caracteriza-se pela possibilidade de produção individual, não subordinada. Entretanto, uma das formas mais democráticas de tomada de decisão, que caracteriza a autogestão, as assembléias, não são realizadas por todos os grupos entrevistados.

Por se constituírem informalmente, observamos que é recorrente a inexistência de documentos e procedimentos legais que confirmam legitimidade jurídica aos grupos. Apenas 2 dos 5 grupos entrevistados relataram que há iniciativas para elaboração de Estatuto e Regimento e que buscarão, para isso, o apoio da Intcoop/UFJF. Decorre da informalidade os impedimentos para obtenção de crédito, como exposto por alguns artesãos. Outras dificuldades apontadas foram: obtenção de assessoria junto a entidades de apoio; capacitação técnica para aprimoramento da confecção dos produtos; espaço próprio para comercialização; divulgação dos produtos e carência de apoio sistematizado do poder público.

Quando questionados sobre a participação em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito, todos mencionaram a participação na Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora. Apenas 1 grupo afirmou participar de outro espaço, o Fórum Regional de Economia solidária da Zona da Mata. Concluímos, portanto, que a participação dos grupos de artesanato em organizações coletivas se restringe ao âmbito municipal.

No que se refere à participação em movimentos sociais ou Conselhos de Direito ou de Gestão de Fundo Público, apenas 1 integrante de um dos grupos relatou ser atuante no Movimento de Mulheres, 1 em ONG da área da infância e juventude e 4 em Conselhos Municipais. Dessa forma, avaliamos ser baixa a adesão dos grupos entrevistados aos movimentos sociais. Destacamos que é perceptível a desmobilização nos grupos neste campo.

Os coletivos entrevistados, quando criados, partiram essencialmente de iniciativas individuais dos artesãos, sem que houvesse apoio do poder público ou de entidades de apoio. Para alguns dos membros dos coletivos encontra-se nas condições de origem dos grupos, uma das maiores dificuldades em sustentar o artesanato sob os moldes da

economia solidária.

A nós cabe aqui problematizar outras relações sociais estabelecidas pelos grupos com outros dois sujeitos: o poder público e entidades sindicais.

Com relação à primeira, podemos observar que de todos os grupos entrevistados apenas o que se localiza em Matias Barbosa afirmou ocorrer tal relação. Com intuito de conhecer como esta relação se estabelecia e se existiria política pública na área da economia solidária em andamento, entrevistamos o gestor municipal responsável pelas primeiras ações de apoio à autogestão no município.

Graduado em Direito, o prefeito de Matias Barbosa da gestão 2005-2008 relatou não ter realizado nenhuma formação na área da economia solidária, a não ser aquela obtida por leituras de sua própria escolha. O ex-governante, filiado ao Partido Progressista (PP), disse ainda que suas ações eram muito próximas à “lógica” da economia solidária. Segundo sua concepção, a economia solidária seria um “conjunto de ações, visando o bem comum, buscando a geração de renda, a realização de um empreendimento para a população mais pobre”. Tais ações, segundo o prefeito, foram apoio material e financeiro, infra-estrutura e transporte para as feiras.

O gestor que se seguiu, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a gestão 2009-2012, manteve o suporte material e financeiro do seu antecessor. Com histórico de ações sociais na área do esporte infantil e assistência material à comunidade, devido a influência religiosa, o prefeito declarou-se inexperiente na área da economia solidária. Para superar tal limite, optou por contratar assessoria técnica que elaborasse e executasse ações área de economia solidária no município. Assim, teve início os trabalhos do Instituto de Educação e Cidadania (IEC)<sup>4</sup>.

Para o prefeito, constituía-se como principal ação de economia solidária a realização de cursos de qualificação profissional (corte e costura e auxiliar administrativo) para 25 jovens beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Citou ainda convênio em vias de ser firmado pela prefeitura com o pólo industrial instalado no município, a fim de empregar os jovens egressos dos cursos de qualificação.

Pelo exposto, constatamos que a capacitação foi direcionada para que os beneficiários pudessem ter acesso ao trabalho assalariado nas indústrias do município, diferentemente daquele trabalho que é realizado autonomamente nas cooperativas e associações. O poder público responderia, assim, a uma dupla demanda: da população, por emprego; e dos empresários, por força de trabalho qualificada.

Havia uma diferença no entendimento entre o prefeito e a assessoria contratada em como o poder público deveria atuar na questão da economia solidária. Para o prefeito, o trabalho deveria se basear na realização de cursos tradicionais de qualificação. Para os assessores, a ação da prefeitura deveria se direcionar para a institucionalização de política pública na área de geração de trabalho e renda, partindo da organização de uma plenária tratando dos fundamentos e princípios da Economia solidária; a formação de um Fórum e de um Conselho Municipal; a reserva de verbas no orçamento municipal para as ações que forem desenvolvidas no município; bem como parceira com a ANTEAG.

Por fim, ao ser indagado sobre as dificuldades enfrentadas pela prefeitura no desenvolvimento das ações na área da economia solidária, o entrevistado apontou a obtenção de recursos junto ao governo federal. Além desta, destaca a difícil conciliação dos interesses individuais com as demandas do mercado: “Normalmente, as pessoas têm um objetivo e dificilmente o renegam. Difícil você traçar uma meta, tem que buscar a

---

<sup>4</sup> O IEC é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2005, cujo objetivo é desenvolver projetos e ações junto às comunidades e aos movimentos sociais, fomentando e construindo alternativas nas áreas de Educação, Cultura e Cidadania.

*necessidade do mercado. Hoje tem uma necessidade porque você não tem mão de obra especializada, é você formar”.*

Já a prefeitura de Juiz de Fora, município com população aproximada de 500 mil habitantes<sup>5</sup>, não realizou ações direcionadas à economia solidária entre 2008 e 2010, período em que pesquisa foi feita. Uma entrevistada de um grupo assim se refere: *“Se eu falar que a prefeitura deu um pão aqui é mentira. Nunca deu um retrós de linha, tá?”* (Integrante do grupo 3) Entretanto, é justamente nesse município em que se encontra a maioria dos coletivos de artesanato entrevistados (quatro, de cinco).

Ainda que em Matias Barbosa, o poder público invista no trabalho de assessoria para realizar ações no campo da economia solidária, elas se constituem como frágeis e descontínuas. Vimos basicamente ações pontuais e emergenciais (como auxílio material) e cursos de qualificação (notadamente direcionados pelas necessidades das indústrias lá instaladas, ainda que o município se encontre na chamada “Estrada Real”, rota turística que passa por Minas Gerais).

Consideramos que iniciativas mais estruturantes poderiam ter sido implementadas, como projetos de lei. Outra forma de apoio, que fortaleceria os grupos existentes e estimularia a criação de outros, seria a divulgação das ações para toda a população, explicitando seus princípios norteadores, explicitando a possibilidade de apoio e orientação qualificada e produtos e serviços a serem consumidos.

O terceiro sujeito que estabelece relações com trabalhadores da economia solidária é o movimento sindical. Realizamos um levantamento das entidades sindicais que desenvolviam ações na área da economia solidária nos municípios cenário do estudo. Encontramos somente o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (STIM/JF), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O STM/JF foi criado em 1932 e representa uma base de 7.000 metalúrgicos, dentre os quais 1.920 são sindicalizados, distribuídos em 500 empresas de pequeno, médio e grande porte. Dos 24 membros da diretoria sindical, em 2010, 20 foram entrevistados, aqueles que não participaram justificaram dificuldades na conciliação de agendas e férias.

O início das atividades desenvolvidas pelo sindicato na área da economia solidária já revela polêmicas e diferentes posturas entre os diretores. Um deles, motivado pela experiência do *Projeto Integrar*, organizado pela Confederação dos Metalúrgicos da CUT (proposta de qualificar trabalhadores metalúrgicos e outras categorias profissionais em situação de desemprego), propôs que o STIM/JF criasse cooperativas com aqueles trabalhadores que haviam participado do curso, bem como continuasse a realizar atividades semelhantes. Segundo este diretor que foi entrevistado, a princípio os outros dirigentes não queriam que o sindicato se envolvesse com a economia solidária, conforme afirma: *“Aí quando deu isso, vetou: ‘A direção não, o sindicato não participa disso aí’. E eu sou até contra isso, mas com formação eu peguei o estatuto do sindicato e eu decidi e vai fazer.”* Assim, de um decisão individual e unilateral, deu-se o início, em 1999, do apoio sindical à economia solidária pelo STIM/JF.

Do conjunto de depoimentos, pudemos extrair que as iniciativas desenvolvidas pelo STIM/JF na área da economia solidária referem-se a empréstimos materiais (como carro de som para divulgação de eventos e feiras, cessão de salas do sindicato para realização de reuniões), contribuições financeiras (para a realização de encontros, fundação de cooperativas) e participação de dirigentes em eventos locais, regionais e nacional, em que se discute a política de economia solidária.

Os entrevistados também foram questionados acerca de sua concepção sobre a economia solidária. Boa parte deles (15 do total de 20) vincula a economia solidária à geração e distribuição de renda, ao princípio da solidariedade, à centralidade do

---

<sup>5</sup> De acordo com o Censo do ano de 2010 divulgado pelo IBGE ([http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=31](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31). Acesso em 15 de julho de 2011).

trabalhador no processo produtivo, à autogestão em contraposição ao trabalho subordinado e precarizado, conforme apontado por Singer (2003). Os depoimentos em destaque revelam estes conteúdos:

*“(...) é a oportunidade das pessoas não terem patrão. (...) as próprias pessoas gerenciarem sua vida, seu trabalho, sua renda, sua oportunidade”* (Entrevistado 1);

*“Pra mim a economia solidária ela veio pra resgatar às pessoas que vivem do trabalho informal. Pessoas também desempregadas (...) Tem pessoas também que embora tá no mercado formal tem um serviço muito precarizado, né?”* (Entrevistado 5).

*“A Economia solidária, para mim, é uma forma de organizar os trabalhadores que na verdade estavam aí soltos na economia informal, sem ter organização, (...) de inclusão de pessoas que estão desorganizadas se organizar em cooperados, de certa forma ter um ganho dentro de uma linha igualitária. Essa é a percepção que eu tenho, ou seja, exatamente uma forma de socializar um socialismo dentro de um capitalismo”.* (Entrevistado 6).

Aproximadamente dez anos se passaram desde as primeiras ações do STIM/JF junto aos coletivos autogestionários. Para os sindicalistas, a entidade colhe resultados políticos do seu trabalho, visível pelo reconhecimento da sociedade, inclusive pela via da imprensa. Ainda com relação aos resultados alcançados pelo sindicato, um outro destaque, na ótica de três entrevistados, foi o lançamento da candidatura do dirigente responsável pelas ações à Câmara de Vereadores (gestão 2008-2011). O sindicalista foi apresentado aos eleitores, como representante da economia solidária no município. Entretanto, ele não foi eleito.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades que o sindicato enfrenta para realização de ações na área da economia solidária, obtivemos como resposta de maior incidência a falta de recursos financeiros e humanos. Tal fato acaba por justificar o pouco envolvimento dos dirigentes na temática, pois alegam que são poucos dirigentes para a grande demanda de trabalho que o sindicato possui.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em Singer (2003) apresenta-se a caracterização hegemônica entre os que procuram definir a economia solidária. O autor descreve como um conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo e crédito realizado pela classe popular na geração de trabalho e renda. Uma economia baseada na ajuda mútua, na cooperação, autogestão e nas diversas formas de compartilhar, buscando o benefício coletivo. Apresenta-se como uma alternativa para o desemprego, além de possibilitar ao trabalhador não só o controle da produção, mas também a apropriação dos frutos do seu trabalho. Neste processo, de acordo com esta perspectiva, há a socialização dos meios de produção e distribuição, garantindo uma gestão democrática e possibilitando aos trabalhadores marginalizados no mercado de trabalho uma forma alternativa de geração de renda.

Há que se ressaltar que a produção coletiva não foi observada entre os grupos entrevistados. A partir destas informações coletadas destacamos: em que medida a participação democrática e coletiva – considerada como importante para os grupos quando formulam a conceituação de Economia solidária – é de fato vivenciada na totalidade da dinâmica grupal? Verificamos que há uma apropriação coletiva acerca da diferença entre o trabalho autogestionário e o subordinado e também sobre os significados da Economia solidária, mas que no cotidiano do trabalho, na organização do processo produtivo não se materializa. Parece-nos que o fato dos membros se identificarem como sujeitos que constroem a economia solidária e a autogestão, levam-nos à afirmação de valores coletivos. Entretanto, a produção coletiva e autogestionária de fato não se realiza nos grupos entrevistados.

A informalidade dos grupos foi apontada como um dos principais entraves para o desenvolvimento da autogestão, pois tal falta dificulta o acesso ao crédito. Aqui reside um questão importante: a determinação de formalização para acesso ao sistema financeiro, ainda que alternativo, como os Bancos Populares.

No início das atividades dos grupos em Matias Barbosa, percebemos que a gestão pública visualizou a economia solidária como alternativa para o desemprego. Entretanto, na primeira administração assistimos a uma reatualização do assistencialismo, do paternalismo e de relações clientelistas. Após sua consolidação, a gestão seguinte não desmontou o trabalho realizado anteriormente. Paralelamente a isso, contratou uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) para a realização do trabalho, com técnicos possuíam uma visão crítica e politizada da geração de trabalho e renda.

Apesar disso, destacamos que os serviços prestados, ao não serem incorporados institucionalmente pela prefeitura, por quadros qualificados da administração pública, ocasionou um problema comum quando a função estatal é desenvolvida por meio das OSCIPS: a descontinuidade. A prefeitura de Matias Barbosa dispensou o trabalho da assessoria, o que determinou o retorno das relações com os grupos ao patamar anterior à gestão petista, justamente aquela que se pretendia superar. O que assistimos foi a valorização do assistencialismo e de relações clientelistas, de dominação e subordinação política, ao invés do desenvolvimento de uma política de desenvolvimento que propicie a autonomia dos grupos.

Destacamos que a totalidade dos grupos atribui ao poder público a função de incentivar e favorecer a criação de cooperativas, associações e conseqüente consolidação da economia solidária. Compreende-se que a economia solidária apenas se desenvolve se houver envolvimento direto do poder público na criação dos grupos, apoio financeiro, criação de leis e que levaria, portanto, à execução de uma política pública para a área.

Um das dimensões valorizadas pelos participantes da economia solidária é a inserção em redes e movimentos sociais. Nos grupos entrevistados verificou-se a baixa participação em redes de economia solidária e, mais, em movimentos sociais (apenas um grupo possui uma integrante que participa do movimento de mulheres em Juiz de Fora). A dimensão classista que a economia solidária poderia favorecer não se desenvolve nos grupos entrevistados. Não há participação dos sujeitos em movimentos sociais, de modo que se fortaleça e se consolide as lutas protagonizadas por outros segmentos da classe trabalhadora. Avaliamos que aqui se encontra uma grande questão que deve ser analisada por todos os sujeitos que constroem a economia solidária: a inserção, de fato, no conjunto das lutas mais gerais dos trabalhadores, contribuindo para o fortalecimento da consciência de classe.

Neste ponto, analisamos a ação sindical em Juiz de Fora e a economia solidária. Ainda que o sindicato seja um sujeito coletivo típico da institucionalidade burguesa, é possível, que por meio da formação de consciência de classe (que ocorre tanto por meio da organização coletiva, no próprio sindicato, quanto no partido operário), ele contribua para a superação da ordem burguesa, se também vinculado a outros movimentos, na qual os trabalhadores sejam os protagonistas.

Sendo a sociedade capitalista histórica e, portanto, dinâmica, o sindicalismo - que nela se insere e se revela como uma das expressões dos embates ocorridos entre as classes que fazem esta história - sofre mudanças. Em um determinado período de crise do movimento sindical de trabalhadores, a partir da década de 1990, tem-se a inclusão de uma nova forma de ação sindical que indica mudanças nos princípios ideo-políticos adotados pelos dirigentes sindicais no período de maior expressividade combativa e classista do movimento sindical brasileiro, o chamado novo sindicalismo, onde a CUT teve papel-chave.

Devemos analisar criticamente esta nova forma de ação sindical que a CUT adotou a partir dos anos 1990, pois, conforme apontam Antunes (1999), Cardoso (2003), Coimbra (2001, 2006), Noronha (1991) e Rodrigues (1998), podemos afirmar que o enfrentamento e a combatividade cederam lugar para a conciliação e a negociação. O objetivo é o de se estabelecer um diálogo entre capital e trabalho, onde se busca a manutenção do emprego, em que impera a lógica da participação, da cooperação, da moderação e da adaptação, em favor de um capitalismo mais humanizado. O método de luta é um tipo de resistência propositiva, em que se prioriza a colaboração e não o conflito.

Pensamos que o desenvolvimento de ações sindicais na área da economia solidária pode ser inserido neste campo. Consideramos que a atuação do movimento sindical na economia solidária, desenvolvida justamente em um contexto de crise da organização dos trabalhadores e sob ótica do “sindicalismo cidadão”, pode incorrer no risco do afastamento da possibilidade de formação da consciência da classe trabalhadora, na luta por outra sociedade, mais humana, justa e igualitária.

Os autores que escrevem sobre a economia solidária no Brasil, como Albuquerque (2003), Barreto (2003), Cattani (2003), Parra (2003), Souza (2003) e Singer (2003), relatam que ela emerge de forma massiva na década de 1990, como uma alternativa para os trabalhadores que se encontravam diante do trabalho precário, informal e do próprio desemprego, a partir de iniciativas autônomas de trabalhadores de diferentes ramos de atividade que iniciaram a formação de cooperativas. Ao lado deles, movimentos sociais e universidades passaram a apoiar práticas de autogestão.

Cabe aqui uma análise crítica, no sentido de que a economia solidária é uma forma de organização do trabalho que se encontra inserida no modo de produção capitalista e, portanto, está cercada, limitada por determinações que lhe são externas como nos mostra as autoras Barbosa (2008) e Menezes (2008). Assim sendo, pensamos que seu potencial emancipatório é limitado.

A economia solidária é uma realidade e se coloca como uma resposta imediata de sobrevivência para trabalhadores, especialmente em um contexto de precarização do trabalho e desemprego estrutural. No entanto, é preciso questionar em que medida é papel do movimento sindical realizar ações na área da economia solidária, desvelando esta perigosa concepção ideológica que, ao final, pode reduzir as táticas de luta massivas, de caráter contestatório e classista, não mais correspondendo aos princípios históricos do sindicalismo na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Ao analisarmos especificamente o único sindicato de trabalhadores que apóia a economia solidária ativamente em Juiz de Fora, percebemos que não há a construção de uma concepção coletiva acerca da proposta da economia solidária. Ao contrário, foi uma decisão individual de um dos dirigentes sindicais. As ações iniciadas há dez anos ainda não são discutidas coletivamente pelos dirigentes.

Consideramos especialmente importante destacar um paradoxo no depoimento dos entrevistados. Os dirigentes sindicais reconhecem a importância do STIM/JF em desenvolver ações na área, mas não conseguem formular qual a importância da Economia solidária em si. Para nós, isto revela que se trata de uma valorização do retorno político que tal envolvimento pode trazer para o sindicato no município.

Expusemos os riscos da substituição das lutas massivas dos sindicatos pelas ações da economia solidária. Ao se constituir como tarefa individual de um dos seus dirigentes, parece-nos que o STIM/JF pode não correr tais riscos, visto que o não envolvimento dos demais dirigentes em tais ações faz com que eles atuem em outras áreas, que podem vir a representar ações de embate mais direto com o capital do que aquelas proporcionadas pela economia solidária.

Apesar da CUT ter deliberado em seu V Congresso, em 1994, que a Economia solidária deva se constituir como uma das suas frentes de trabalho nos parece que não



houve adesão massiva dos seus sindicatos de base. Em Juiz de Fora, por exemplo, apenas o STIM/JF, de todos os sindicatos cutistas, realiza o trabalho na área da Economia solidária e, ainda assim, por iniciativa individual do então presidente do sindicato em 1999, que até hoje é o protagonista das ações nesta área. Perguntas são pertinentes: tendo a CUT criado a Agência de Desenvolvimento Solidário que tem como propósito direcionar o trabalho dos sindicatos na área da Economia solidária e autogestão, quais as características dos referenciais que a central busca colocar para os seus sindicatos de base? E quais são os impactos destes referenciais para a organização e luta da classe trabalhadora?

Estas questões se tornam especialmente importantes quando correlacionamos a natureza das relações trabalhistas em nosso país na atualidade e sua vinculação com o Estado. Neste ponto, a avaliação de Barbosa (2008, p. 197) é exemplar:

Essa capacidade de trazer protagonistas das lutas sindicais e sociais dos últimos trinta anos no país para o reforço desses horizontes de desassalariamento – como se faz no governo Lula – coloca a pedra de toque que se fazia necessária na reforma moral que atinge o trabalho nos últimos anos.

Por fim, pensamos que o sindicalismo cutista encontra-se em uma encruzilhada: diante das polêmicas, que perpassam as diretorias sindicais e as correntes que fazem parte da central, o trabalho com iniciativas que ultrapassam, na imediaticidade, os interesses daqueles trabalhadores formalmente a ele filiados tem sido tratado como uma forma de articulação mais geral, de classe e não corporativista? E, o mais importante, os fundamentos ideológicos de tal proposta – o sindicalismo cidadão - não lhes trariam um afastamento de concepções verdadeiramente classistas?

A polêmica está aberta. Para nós apresenta-se uma tarefa: pensar a potencialidade da economia solidária para assegurar o direito ao trabalho e a vivência de princípios do trabalho associado (ainda que de forma restrita à sociedade capitalista), contudo, sem deixar de considerar a posição de autores, que ancorados na tradição marxista, como Menezes (2008, p.221), nos advertem:

A “Economia solidária”, apesar de ser um projeto político globalizado nas economias subordinadas, encontra nelas um terreno fértil e propício para a cooptação e manipulação político-ideológica porque reafirma valores culturais e morais que ainda não foram superados em virtude da ausência da generalização do modo capitalista de produção. Nesse caso, no lugar de promover a dita emancipação social, acentuam-se as premissas do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico acompanhados de sua carga recessiva em termos desenvolvimento material e social.

## **REFERÊNCIAS:**

ALBUQUERQUE, P. **Autogestão**. In: CATTANI, A. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. SP: Boitempo, 1999.

- BARBOSA, R. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARRETO, A. **Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária**. In: Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R, (organizadores). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- COIMBRA, A. L. Decifra-me ou te devoro: nota sobre a participação sindical nos espaços institucionais. In: **Libertas: revista do Serviço Social**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v.1, n.2, jul/dez – 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da Central Única dos Trabalhadores na década de 90**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006. Tese. Doutorado em Serviço Social.
- MENEZES, M. **Economia solidária. Elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: **O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e terra**, 1991.
- PARRA, H. Z. M. Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destituição. In: Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R, (organizadores). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, I.J., A nova agenda sindical. In: **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Católica de Minas Gerais, 1998.
- SINGER, P. & SOUZA A. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA, A. R. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R, (organizadores). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.
- TAVARES, M.A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.